



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data _____/_____/_____
cod. _____

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

Ofício nº 076 /96-DIREC/DICOE

Brasília-DF, 16 de setembro de 1996

Senhor Congressista,

Vimos encaminhar a V.Sa. um documento básico sobre Reservas Particular do Patrimônio Natural -RPPN, elaborado pelos técnicos da DICOE, com objetivo de subsidiar vossa leitura e posicionamento a respeito do assunto em tela.

Atenciosamente,



MOACIR BUENO ARRUDA
Coordenador DICOE/DIREC

RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL - RPPN

Definição:

É uma categoria de área protegida instituída em áreas de domínio privado, por iniciativa de seu proprietário e mediante reconhecimento do Poder Público. Estas reservas são reconhecidas por serem consideradas de relevante importância para a proteção da biodiversidade, ou pelo seu aspecto paisagístico, ou ainda por suas características ambientais que justifiquem ações de recuperação de modo a promover a conservação de ecossistemas frágeis ou ameaçados.

Objetivo:

A criação de RPPNs tem por objetivo a proteção, conservação e preservação de amostras significativas dos ecossistemas brasileiros, considerados de alta representatividade da biodiversidade. Como estão localizadas em áreas de domínio privado, subjacentes a atividades econômicas, contribuem para o uso sustentável dos recursos naturais.

Contexto de biodiversidade

A extensão territorial do Brasil é de 8.511.996 Km², sendo o país dividido em 05 grandes regiões políticas - Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste e 07 biomas: Amazônia, Pantanal, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Mata de Araucárias e Campos Limpos, contendo em sua extensão uma das mais significativas biodiversidade do planeta.

Desde 1992 o IBAMA não tem criado Unidades de Conservação de Uso Indireto decorrente do alto investimento financeiro necessário a desapropriação de terras privadas. Entretanto o IBAMA, neste período, vem criando outras categorias de Unidades de Conservação, que não demandam investimentos em desapropriação, tais como APAs, ARIEs e RPPNs.

O conceito de RPPN tem demonstrado um alto potencial no processo de ampliação das áreas protegidas no país, devido ao fato de demandar baixo investimento, além de respaldar legalmente várias iniciativas de proprietários rurais e grandes empresas privadas e de capital misto que já possuíam áreas protegidas particulares por diversos motivos, mas não vislavravam qualquer apoio por parte do governo nesta iniciativa. Este potencial fica evidente a partir do rápido crescimento do número de RPPNs reconhecidas nos últimos anos.

Distribuição de RPPN por Região e Estado

Região Sudeste

Minas Gerais : 16 reservas - área: 10.077,187 ha

Rio de Janeiro: 10 reservas - área: 2.517 ha

São Paulo: 08 reservas - área: 251 ha

Região Sul

Paraná : 03 reservas - área: 1872 ha

Santa Catarina: 05 reservas - área: 8403 ha

Rio Grande do Sul: 04 reservas - área: 2914 ha

Região Norte

Amazonas: 03 reservas - área: 183.000 ha

Pará: 02 reservas - área: 502.000 ha

Roraima: 01 reserva - área: 109.5913 ha

Região Nordeste

Alagoas: 03 reservas - área: 180,50 ha

Bahia: 07 reservas - área: 2.796,26 ha

Ceará: 03 reservas - área: 3124,33 ha

Maranhão: 02 reservas - área: 124,25 ha

Paraíba: 04 reservas - área: 5.313,50 ha

Região Centro-Oeste

Goiás: 09 reservas - área: 11.046,64 ha

Mato Grosso : 01 reserva - área: 200 ha

Mato Grosso do Sul: 06 reservas - área: 630,62 ha

Total de Reservas : 86 - área total: 708.809,53 ha

Aspectos Positivos e Negativos de uma RPPN

Positivo

- I - Contribui para uma rápida ampliação das áreas protegidas no país;
- II - Viabiliza a constituição de zonas tampão no entorno de parques e reservas e de corredores ecológicos entre os mesmos.

II - Apresenta índice altamente positivo na relação de custo/benefício;
III - Sua criação ocorre em curtíssimo espaço de tempo (no máximo 60 dias);
IV - Possibilita a participação da iniciativa privada no esforço nacional para conservação;

V - Os benefícios auferidos aos proprietários de RPPN são: a) isenção do Imposto Territorial Rural - ITR na área reconhecida como RPPN; b) prioridade na análise e concessão de recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA; c) preferência na análise do pedido de concessão de crédito agrícola pelas instituições oficiais de crédito; d) apoio, cooperação e respeito das entidades e associações ambientalistas; e) realização de pesquisas científicas, objetivando um melhor conhecimento sobre o ecossistema local; f) inclusão da área entre as Unidades de Conservação de proteção integral, sendo as mesmas, portanto, resguardadas de práticas degradadoras, tais como queimadas, caças, desmatamento e outros que agridam o ambiente local; g) apoio e orientação do IBAMA para manejo e gerenciamento das RPPNs e para o seu proprietário.

Negativo

Desmotivação do proprietário com a manutenção das RPPNs, por diversos motivos.

As atividades econômicas no perímetro das RPPNs são bastante limitadas, sendo permitido somente empreendimentos de ecoturismo, educacionais, culturais, recreativas e de lazer as quais deverão respeitar o objetivo que é o de proteção da biodiversidade.

Descontinuidade na administração da RPPN por parte de seu proprietário, ou falta de apoio e de orientação pelo IBAMA na gestão da reserva.

CUSTO

O custo para vistoriar a área de uma RPPN varia, dependendo da distância da Superintendência até a propriedade, bem como do acesso à área. Podemos calcular o valor da vistoria por hectare.

Diária do técnico: R\$ 123,70
Diária do Motorista: R\$ 103,10
Combustível (gasolina): R\$ 0,68 (litro)

Exemplo: uma propriedade de fácil acesso com 40 ha

Combustível : 40 litros

R\$ 0,68 x 40 = R\$ 27,20

Diárias: R\$ 123,70 + R\$ 103,10 = R\$ 226,80

Total = R\$ 254,00

R\$ 254,00 : 40 = R\$ 6,35

O hectare custaria: R\$ 6,35 (seis Reais e trinta e cinco centavos)

Por dia é possível vistoriar até 40 ha de carro

Recursos no Exercício de 1996 para o Programa de RPPN

Nos Recursos abaixo discriminados estão incluídos os seguintes elementos de despesas: Diárias, Material de Consumo e Pessoa Jurídica, alocados para as Supes estaduais .

Minas Gerais: R\$ 1.055,00

Goiás e São Paulo R\$ 1.040,00

Alagoas, Amazonas, Bahia, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina
- R\$ 990,00

Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro e Tocantins - R\$ 940,00

Ceará e Maranhão - R\$ 650,00

Piauí e Rio Grande do Norte - R\$ 575,00

SEDE:

Diárias: R\$ 2.225,00

P. Jurídica/Transferência: R\$ 50.000,00 (convênios)

Material de Consumo: R\$ 3.250,00

Passagens: R\$ 5.000,00

Pessoa Física: 500,00

Pessoa Jurídica: 5.250,00

Total: 36.225,00

Total Geral: 51.225,00

Com os recursos alocados na Sede que foram executados os seguintes serviços: confecção de cartazes, Convênios com o IPN a fim de criar um banco de dados de proprietários de RPPN e realização do I Congresso Brasileiro de RPPNs, pagamento de diárias e passagens a servidores do Pará , Goiás e técnicos da Sede que orientam e executam vistorias técnicas.

Na avaliação da DIREC/DICOE, o presente orçamento é completamente inadequado, trazendo enormes prejuízos a implementação do Programa. Para o real desenvolvimento do Programa, ao longo de 03 anos seriam necessários investimentos de pelo menos R\$ 3.000.000,00.

Criação de RPPN em áreas prioritárias

A criação de RPPN em áreas prioritárias, tais como Mata Atlântica, Floresta Amazônica etc, é uma estratégia de preservar os biomas brasileiros de forma rápida e eficaz e com a colaboração da sociedade, garantindo as gerações futuras amostras representativas dos diversos ecossistemas brasileiros. Esta necessidade é reforçada com a situação atual do percentual de áreas do território nacional protegidas por unidades de conservação de uso indireto, sendo próximo de 2% do total, considerando-se somente as Unidades de Conservação federais, o que significa um baixo índice de representatividade dos diversos ecossistemas brasileiros.

Principais problemas enfrentados para criação de uma RPPN

- Carência de recursos financeiros para custear as despesas de locomoção dos técnicos do IBAMA;
- Disponibilidade insuficiente de técnicos para execução das vistorias;
- Pequena divulgação e incentivo para o Programa RPPN;
- Problemas fundiários, tais como superposição de títulos ou documentos irregulares apresentados pelos interessados;
 - Formação de processo com documentação incompleta;
 - Comprovação documental de propriedade da terra;
- A proibição do extrativismo sustentado nas RPPNs.

Importância das vistorias nas RPPNs

I - Para o reconhecimento da reserva é necessário a vistoria técnica cujo o objetivo é analisar as condições ecológicas e ambientais da área, tais como: tipologia florestal, diversidade da fauna, geomorfologia, hidrografia, grau de conservação da área, pressão antrópica, existência de monumento natural, valor histórico e cultural.

II - As vistorias realizadas anualmente nas reservas são importantes e necessárias para o acompanhamento das ações de fiscalização e monitoria, já que as mesmas são consideradas com status de unidade de conservação de uso indireto. Nessa vistoria o objetivo é fiscalizar e orientar o proprietário de RPPN para que a mesma continue cumprindo o seu papel de acordo com que determina o Decreto 1922 de 05 de junho de 1996.

Gestão

A gestão da RPPN é responsabilidade do proprietário, tendo em vista ser uma área de propriedade particular. Embora o IBAMA e OEMAs possam contribuir em diversas ações específicas de proteção e propiciarem diversos mecanismos compensatórios, há necessidade urgente de se investir no aperfeiçoamento de instrumentos de planejamento e gestão desta categoria.

Impacto no Programa de RPPNs com o aporte dos recursos do PPG7

Seriam necessários pelo menos U\$ 3.000.000,00 para dar início a um adequado planejamento e execução do Programa, através das seguintes atividades:

- Implementação de uma campanha nacional junto a sociedade, para a divulgação do conceito de RPPN e seus benefícios;
- celebração de convênios com OEMAs e ONGs para a implementação do Programa;
- Execução de vistorias de processos pendentes (134) e dos que vierem a ser solicitados ;
- Execução de vistorias semestrais nas RPPNs;
- Contratação ou formalização de convênios objetivando o melhor andamento do Programa;
- Planejamento e implementação de instrumentos de gestão (plano de manejo) em pelo menos 05 RPPNs;
- Aquisição de Material Permanente e de consumo necessários para execução dos trabalhos.

Materiais necessários para realização dos trabalhos referentes a RPPN

- 26 GPS (um para cada Superintendência do IBAMA)
- 01 note book Pentium 100mhz
- 02 impressoras coloridas a jato de tinta
- 01 computador Pentium 100 mhz com multimídia.
- 01 mesa para o computador
- 01 mesa para impressora
- 01 máquina de calcular
- 01 arquivo de aço
- 01 armário de aço
- 01 Câmara fotográfica com zoom até 200 mm
- 01 filmadora
- 01 TV de 29 polegadas
- 01 vídeo cassete
- 01 projetor de slide
- 01 retroprojetor

I Encontro de Proprietários

A DICOE está planejando a promoção de encontros regionais de proprietários de RPPNs para o intercâmbio de experiências e resultados obtidos na gestão das mesmas e possivelmente um encontro nacional anual, com o mesmo intuito. A Superintendência do IBAMA no Estado da Bahia já tomou esta iniciativa e estará promovendo um encontro no sul do Estado, numa das áreas mais expressivas de mata atlântica do país. Este encontro acontecerá no final deste mês de julho e certamente gerará importantes informações sobre o programa de RPPNs.

I Congresso Brasileiro de Proprietários de RPPN

Nos dias 19 e 20 de setembro de 1996, será realizado no Auditório Nereu Ramos na Câmara dos Deputados o I Congresso Brasileiro de Proprietários de RPPN, o qual objetiva reunir os diversos proprietários de RPPN do país a fim de trocar experiências e dirimir dúvidas nas áreas administrativas, jurídicas e ambientais, com participação de diversas autoridades, dentre eles o Sr. Ministro do Meio Ambiente.

RPPN MODELO

Uma RPPN modelo pode ser considerada como aquela que possua uma infraestrutura adequada a sua proteção e manejo, incluindo-se basicamente uma sede administrativa, um centro de visitantes e apoio logístico para a realização de pesquisas e ações educativas, assim como instalação de trilhas interpretativas da natureza e de apoio ao lazer. Deve possuir um plano de manejo adequado e tecnicamente correto, avaliado constantemente e retro-alimentado e avaliado periodicamente. Deve possuir pessoal disponível para a manutenção e o controle da reserva e atingir plenamente a conservação da natureza em seus limites, além de exercer influência positiva nas práticas de conservação nas propriedades vizinhas.

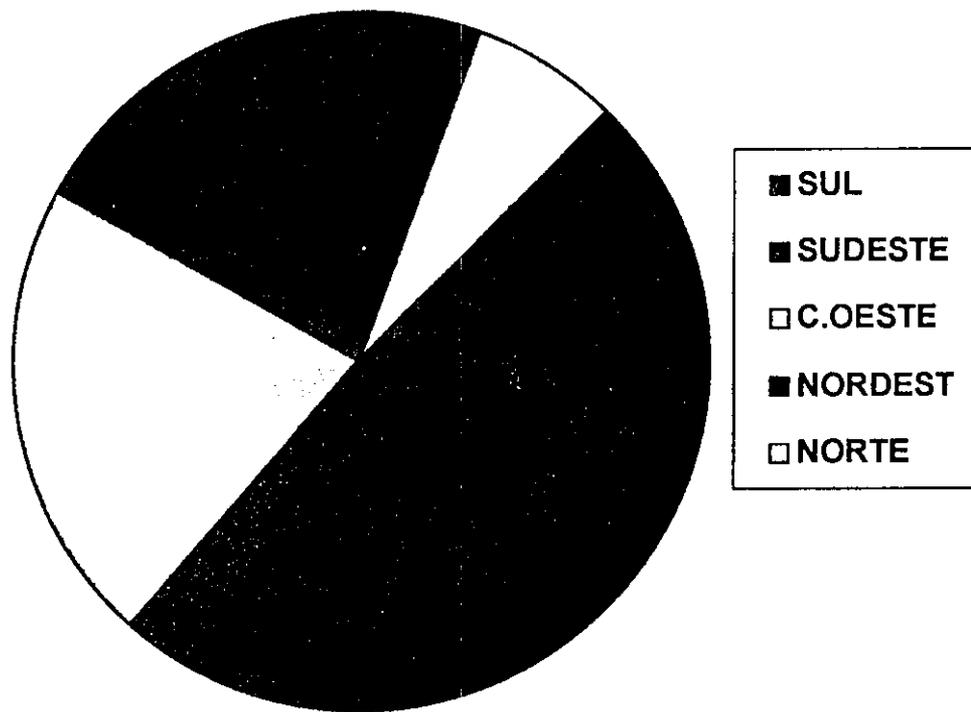
EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO

João Batista D. Câmara - Coordenador da DICOE

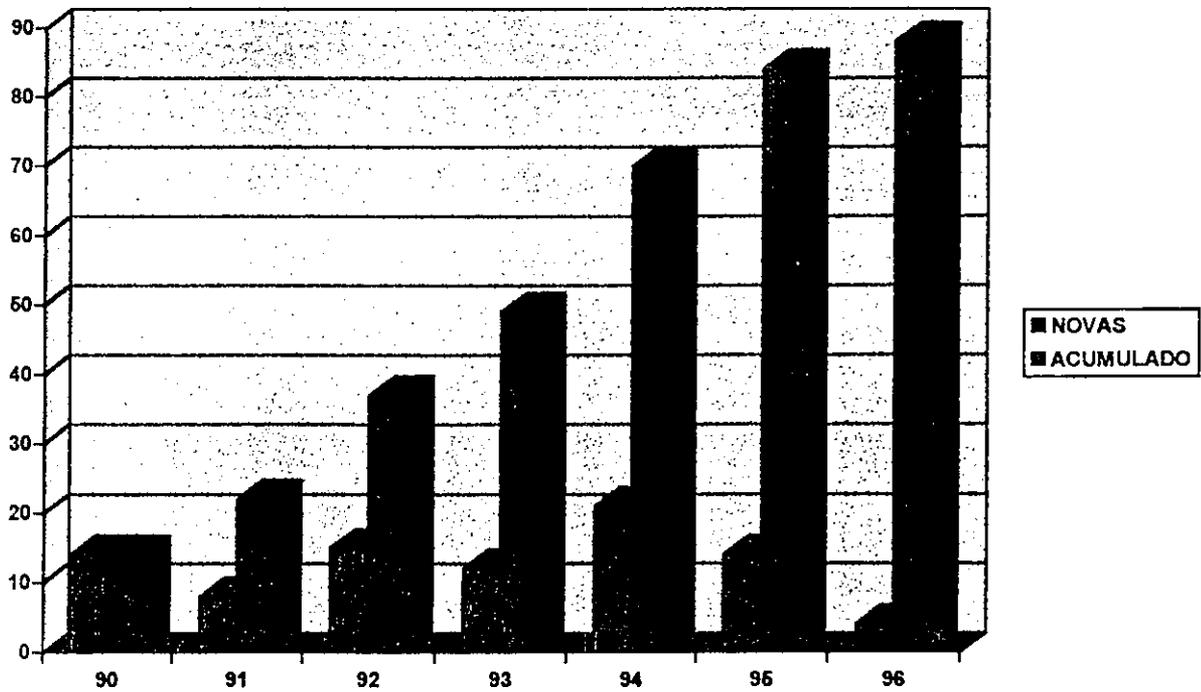
Moacir Bueno Arruda - Chefe de Divisão da DICOE

Célia Pereira - Responsável pelo Programa de RPPNs da DICOE

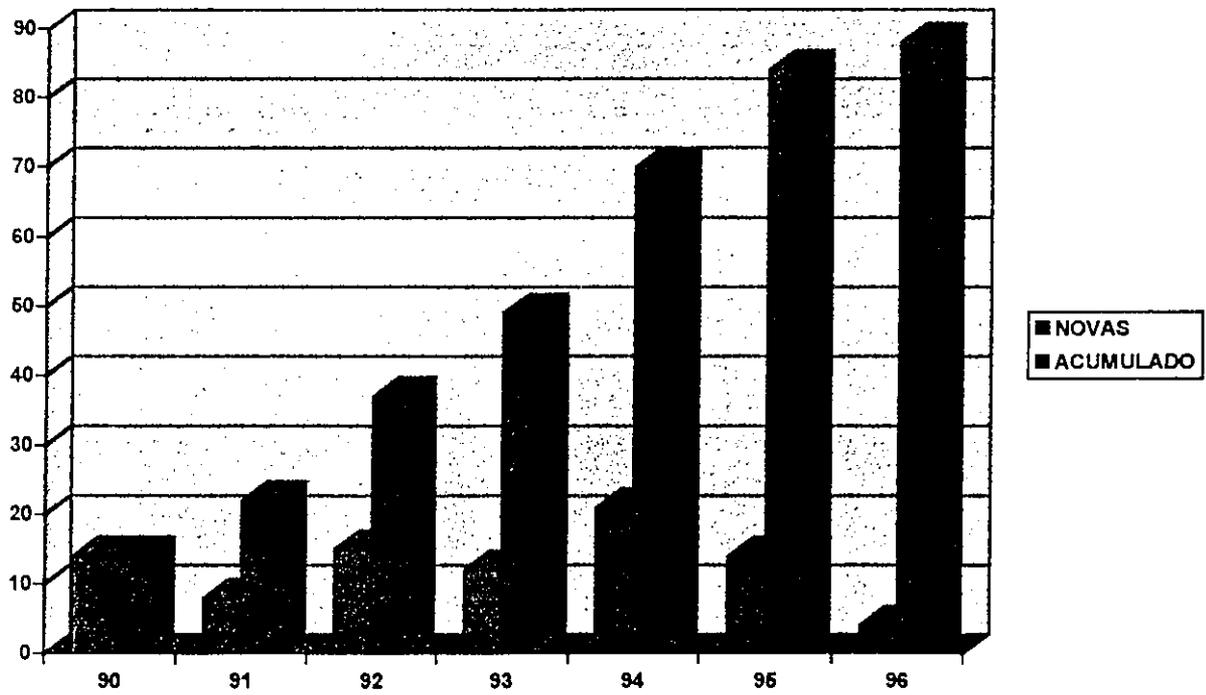
RPPNs reconhecidas por regiões geográficas



RPPNs RECONHECIDAS



RPPNs RECONHECIDAS



RPPNs RECONHECIDAS POR ANO

